



Profiscientia

Periódico Multidisciplinar do IFMT – Campus Cuiabá

CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ANTIRRACISTA: DESAFIOS DOS DOCENTES NA INCLUSÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SUAS AULAS

PATHWAYS TO ANTI-RACIST PHYSICAL EDUCATION: CHALLENGES FOR
TEACHERS IN INCLUDING AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN THEIR CLASSES

Ana Karla da Silva Bento Hortêncio¹
Larissa Beraldo Kawashima²

Resumo:

Este artigo aborda a inclusão da temática cultura afro-brasileira no currículo da Educação Física. A lei 10.639/03, que exige o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, é um instrumento importante na promoção da educação antirracista. No entanto, sua implementação na Educação Física apresenta desafios, já que essa disciplina é frequentemente associada apenas às práticas com conteúdo de jogos e esportes. O objetivo desta pesquisa é compreender quais são os desafios dos docentes de Educação Física na inclusão da cultura afro-brasileira em suas aulas. A metodologia envolve uma abordagem qualitativa, com estudo de caso, incluindo entrevistas semiestruturadas com professores de Educação Física em uma escola pública de Várzea Grande-MT. Os resultados destacaram a complexidade e as dificuldades da aplicação da lei 10.639/03, apresentando dados sobre as vivências e as percepções dos educadores. Incorporar a cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física permite que a escola atenda às suas obrigações legais e, ao mesmo tempo, contribua de maneira significativa para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Palavras-chave: educação física, cultura afro-brasileira, desafios.

¹ Graduada em Licenciatura em Educação Física pelo IFMT – campus Cuiabá Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Email: anakarla0308s@gmail.com

² Doutora em Educação pela UFMT. Professora Titular do IFMT – campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ProfEPT – IFMT, e do Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Física – ProEF – UFMT. Email: larissa.kawashima@ifmt.edu.br

Abstract

This article addresses the inclusion of Afro-Brazilian culture in the Physical Education curriculum. Law 10.639/03, which requires the teaching of African and Afro-Brazilian history and culture in schools, is an important instrument in promoting anti-racist education. However, its implementation in Physical Education presents challenges, as this discipline is often associated with practices with game and sports content. The general objective of this research is to understand the challenges facing Physical Education teachers in including Afro-Brazilian culture in their classes. The methodology involves a qualitative approach, with a case study, including semi-structured interviews with Physical Education teachers at a public school in Várzea Grande-MT. The results highlighted the complexity and difficulties of applying law 10.639/03, presenting data on the experiences and perceptions of educators. Incorporating Afro-Brazilian culture into Physical Education classes allows the school to meet its legal obligations and, at the same time, contribute significantly to the construction of a more equitable society.

Keywords: physical education, afro-brazilian culture, challenges.

1 INTRODUÇÃO

A integração da cultura afro-brasileira ao currículo da educação é um tema extremamente relevante e atual, pois a diversidade cultural é uma realidade no Brasil. Para Pavan (2016, p. 4) "As relações entre escola e cultura fazem parte do processo educativo, não havendo educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e particularmente do momento histórico em que se situa". Por isso, as escolas e seus profissionais devem compreender a importância de valorizar as culturas afrodescendentes e integrá-las às práticas docentes.

A Lei 10.639/03 (Brasil, 2003), que determina o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, visa combater o racismo estrutural e promover a educação antirracista. Contudo, a implementação desta lei no campo da Educação Física pode criar uma série de obstáculos para os professores, já que o componente curricular é frequentemente associado apenas às aulas práticas com conteúdo de jogos e esportes, o que levanta a questão de como incorporar de forma significativa e respeitosa a cultura afro-brasileira neste contexto.

A importância desta pesquisa reside na necessidade de promover uma Educação Física mais inclusiva, culturalmente diversa e relevante para os alunos. A cultura africana é rica em tradições e jogos que podem enriquecer as aulas de Educação Física e proporcionar uma compreensão mais profunda da história, dos valores e das práticas da região. Ainda, justifica-se pela necessidade do cumprimento da referida legislação, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares e está em vigor há mais de 20 anos, mas ainda assim, muitas vezes sub-representada nos currículos escolares.

Sendo assim, esta pesquisa visou responder às questões: Quais são os desafios enfrentados pelos docentes de Educação Física ao tentar pôr em prática a lei 10.639 que torna obrigatório o ensino sobre cultura afro-brasileira no currículo da Educação? Quais são os impactos da ausência de conhecimento sobre a cultura afro-brasileira nas escolas, considerando que isso pode gerar estereótipos e preconceitos? Como os educadores da Educação Física podem ser apoiados na incorporação dessa Lei no ambiente escolar? Nesse sentido, o objetivo foi compreender os principais obstáculos enfrentados pelos professores de Educação Física na inclusão da cultura afro-brasileira em suas aulas.

Para isso, o objetivo desta pesquisa é compreender quais são os desafios dos docentes de Educação Física, na inclusão da cultura afro-brasileira em suas aulas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cultura afro-brasileira e a Educação Física escolar

A Lei 10.639/03 é o resultado de décadas de luta do movimento negro no Brasil (Brasil, 2003). Kabengele Munanga (1999) destaca o contexto histórico em que a lei foi promulgada e como ela reflete o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira como parte integrante da necessidade de identidade nacional. Os objetivos da lei incluem a promoção da igualdade racial e a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais.

A implementação eficaz enfrenta vários desafios e discussões em termos de formação de professores e elaboração de currículos que incorporem o conteúdo afro-brasileiro de maneira significativa. Estes desafios refletem a resistência das estruturas de ensino tradicionais que se refere a uma relutância ou dificuldade em fazer mudanças num sistema educativo que tem sido consistente ao longo do tempo e tem como característica os métodos de ensino que incluem avaliações padronizadas, salas de aula tradicionais centradas no professor, currículos rígidos e uma falta de ênfase na participação dos alunos na criação do seu próprio conhecimento.

Diante de situações como essas, o racismo pode manifestar-se de muitas formas no sistema educacional. A falta de representação da população negra nos currículos, nos materiais de ensino e até mesmo no corpo docente perpetua estereótipos e preconceitos prejudiciais. Isto, por sua vez, afeta as experiências educativas dos alunos de minorias étnicas e pode limitar as suas oportunidades futuras. É importante destacar que o racismo está profundamente enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Portanto, a luta contra o racismo não deve se limitar apenas ao sistema educacional, mas também envolver esforços mais amplos para combater a desigualdade em todas as esferas da sociedade. Para Almeida,

O racismo está diretamente ligado ao sistema educacional, político e econômico, tendo em vista uma sociedade estruturada em cima da desigualdade, em que a população mais desfavorecida em diferentes aspectos é majoritária em termos numéricos e essa mesma população têm majoritariamente, uma cor específica e lugares específicos de moradia, lazer e ensino (Almeida, 2022, p. 4).

A Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) obriga as escolas a ensinarem história e cultura afro-brasileira, mas o não cumprimento desta lei pode perpetuar o racismo no sistema educacional brasileiro. É provável que essa omissão crie lacunas na compreensão dos estudantes sobre a

história e as contribuições das comunidades afrodescendentes, reforçando estereótipos e preconceitos. A não aplicação adequada desta lei impede que os estudantes desenvolvam uma compreensão plena e respeitosa da diversidade cultural do Brasil, levando à marginalização das comunidades de ascendência africana.

Desta forma, a conscientização, a educação e a promoção da igualdade racial são passos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É importante que autoridades, escolas, educadores e a sociedade como um todo trabalhem juntos e que a educação seja uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo. Contudo, para que a lei atinja o seu propósito de reconhecer e valorizar a cultura afro-brasileira, ela deve abordar não apenas a inclusão de conteúdos afro-brasileiros no currículo, mas também a formação adequada de professores, a provisão de recursos didáticos apropriados e a criação de um ambiente educacional de inclusão e respeito. Segundo Sales,

É importante salientar que a escola tem que se reinventar para implantar a obrigatoriedade da lei em seu cotidiano, além de trabalhar constantemente para superar o racismo, reconhecer e valorizar as raízes africanas da população brasileira que sofre com a exclusão e invisibilidade até hoje (Sales, 2016, p. 11).

Isto posto, a Educação Física pode desempenhar um papel relevante nessa remodelação, o que pode ser alcançado por meio da incorporação das práticas corporais e das expressões culturais tradicionais dos povos afro-brasileiros. Além disso, ao explorar a cultura afro-brasileira nessas aulas, os alunos afrodescendentes podem ter a oportunidade de se identificarem e se sentirem valorizados no ambiente escolar.

Integrar a cultura afro-brasileira nos currículos escolares é fundamental para a construção de uma educação verdadeiramente diversa e antirracista. Esta abordagem não só enriquece a compreensão dos alunos sobre a diversidade cultural do Brasil, mas também desafia preconceitos profundamente enraizados e ajuda a promover a igualdade e o respeito entre diferentes grupos étnicos (Silva, 2022).

Num país com uma história de escravidão e exploração de africanos e seus descendentes, a cultura afro-brasileira representa uma parte importante da identidade nacional. Negar o reconhecimento e a valorização deste patrimônio cultural é ignorar uma parte fundamental da história do Brasil e perpetuar a marginalização de grande parte de sua população (Silva *et al.*, 2021).

Segundo Regis, Gomes e Nhalevilo (2022), a literatura afro-brasileira fornece uma rica fonte de narrativas que refletem as experiências, perspectivas e contribuições de pessoas de ascendência africana para a sociedade brasileira. Ao incorporar obras de autores afro-brasileiros

nos currículos escolares, os educadores têm a oportunidade não apenas de ampliar o repertório literário de seus alunos, mas também de promover a empatia, a compreensão e o respeito pela diversidade cultural.

Além disso, incorporar a cultura afro-brasileira na sala de aula é fundamental para combater o racismo estrutural que existe na sociedade brasileira. Ao proporcionar uma educação que reconhece e valoriza a diversidade étnica do país, as escolas podem desempenhar um papel vital no desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e igualitária (Braga; Martins, 2023).

2.2 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a cultura afro-brasileira

A BNCC é um documento que estabelece os conhecimentos, competências e habilidades básicas que todos os estudantes brasileiros têm direito a desenvolver ao longo de sua escolaridade (Silva; Reginaldo, 2023). No contexto da inclusão, a BNCC (Brasil, 2018) desempenha papel fundamental ao enfatizar o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena, conforme previsto nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório esse conteúdo nos currículos do ensino fundamental e médio.

Para Trevisan (2024), a inclusão de temas deve transcender uma dimensão puramente retórica e permitir que o estudo dessas populações seja defendido como artesãos da própria história do Brasil. A relevância dessas histórias de grupos humanos reside na possibilidade de os alunos compreenderem o papel da heterogeneidade existente na sociedade brasileira e trabalharem sobre isso.

Portanto, os alunos devem identificar a presença e a diversidade social das culturas indígenas, dos povos afrodescendentes, dos povos e comunidades tradicionais, a fim de compreender suas identidades e territórios socioculturais. Da mesma forma, para Mocarzel, Gomes e Costa (2023), é necessário que diferenciem os assentamentos e compreendam a produção de paisagens e suas inter-relações, como rural/urbano e urbano/rural, em termos políticos, sociais, culturais e econômicos.

A BNCC reconhece a necessidade de promover a valorização da diversidade étnico-racial em todas as disciplinas, integrando conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, propõe habilidades específicas, como “EF67EF17” que visa: “Problematizar preconceitos e estereótipos relacionados ao universo das lutas e demais práticas corporais, propondo alternativas para superá-los, com base na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito (Brasil, 2018, p. 235).

Nesse sentido, a BNCC proporciona aos educadores uma referência importante no planejamento de suas aulas, orientando-os na seleção e organização de conteúdos que promovam o respeito à diversidade cultural e o combate ao racismo (Silva; Reginaldo, 2023). Seguindo as diretrizes estabelecidas pela BNCC, as escolas podem contribuir significativamente para a construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e antirracista. A inclusão da cultura afro-brasileira nas aulas não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade educacional e moral para promover a igualdade e o respeito pela diversidade em nossa sociedade.

3 METODOLOGIA

Este estudo empregou uma abordagem qualitativa, baseada em um estudo de caso, para investigar os desafios que os professores de Educação Física enfrentam ao incluir a cultura afro-brasileira em suas salas de aula.

A abordagem qualitativa é um método de pesquisa que se concentra na compreensão e explicação aprofundadas dos fenômenos humanos, sociais e culturais. A pesquisa qualitativa concentra-se em aspectos subjetivos e situacionais. Segundo Gil (2006) a pesquisa qualitativa envolve a coleta de dados por meio de relatórios, observações, entrevistas, etc., pela dinâmica entre mundos e sujeitos, e não pela conversão por meio de números.

O estudo de caso é um método de pesquisa qualitativa e sua principal característica é fornecer um esboço detalhado dos acontecimentos em sequência, analisando suas causas e consequências. Segundo Yin (2001, p.20) “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”.

Sendo assim, esta pesquisa teve como *lôcus* uma escola estadual do município de Várzea Grande-MT, sendo convidados todos os professores de Educação Física da instituição, que aceitaram participar assinando um Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE). A escolha da escola se deu pelo fato de a pesquisadora ter estudado na instituição durante a educação básica.

A escola contava com dois professores de Educação Física no momento da pesquisa (primeiro semestre de 2024), que foram identificados durante o texto como prof1 e prof2, que possuem experiências distintas. A prof1 é iniciante na carreira docente, contando com menos de 5 anos de formação. Por outro lado, o prof2 tem vasta experiência docente e possui uma longa trajetória nesta escola.

Para obter uma compreensão mais significativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas presenciais com esses profissionais. Para Manzini (1990/1991, p.154) “a entrevista semiestruturada está focada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, completadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. Durante as entrevistas, os professores foram convidados a compartilhar suas experiências e perspectivas sobre a incorporação da cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física. Foram realizadas seis perguntas aos professores, com a intenção de compreender melhor suas percepções e práticas relacionadas à cultura afro-brasileira no contexto escolar. As questões abordam os seguintes pontos:

1. Quais são seus conhecimentos sobre a Lei 10.639/03?
2. Como a disciplina de Educação Física pode contribuir para que essa lei não fique apenas no papel, que funcione de fato?
3. A escola procura trabalhar conteúdos que despertem o interesse dos alunos pela cultura Africana? Como?
4. Você como professor de Educação Física já desenvolveu alguma atividade que acredita que pode ter contribuído para que a lei funcione de fato? Qual? Quais?
5. Qual a maior dificuldade que você como professor de Educação Física tem de trabalhar atividades que valorizem a cultura Africana?
6. Você percebe preconceitos raciais na escola? Como? Quais?

Para Manzini (1990/1991) este processo de entrevistas semiestruturadas traz informações de uma forma mais livre e as respostas não estão subordinadas a uma padronização de alternativas. As entrevistas foram transcritas e posteriormente analisadas por meio de análise temática, com base nos estudos de Dias e Mishima (2023). Para os autores, “a análise temática é uma técnica útil por não requerer do pesquisador conhecimento teórico metodológico mais denso, podendo ser uma forma mais acessível de análise” (Dias; Mishima, 2023, p. 404).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

1. Quais são seus conhecimentos sobre a Lei 10.639/03?

Os dois professores discorreram sobre a obrigatoriedade da lei sobre o ensino da cultura afro-brasileira. Seguem as respostas dos dois professores:

Prof1: Na época da faculdade foi o primeiro contato que eu tive com a lei após uma professora explicar sobre a mudança de diretriz incluindo a obrigatoriedade do estudo da cultura afro e cultura indígena.

Prof2: A lei 10.639 torna obrigatória histórias e culturas africanas no ensino fundamental e ensino médio.

A Prof1 destaca que seu primeiro contato com a lei se deu durante a formação acadêmica. Isso indica que a lei foi apresentada como um novo conteúdo curricular a ser incorporado nas escolas. O prof2 demonstra conhecimento da obrigatoriedade de ensinar história e cultura africanas nos níveis fundamental e médio.

Ambas as respostas indicam que os professores têm conhecimento da existência da Lei, assim como da obrigatoriedade de ensinar história e cultura afro-brasileira, mas se limitam à obrigatoriedade, sem aprofundar em outros aspectos.

Diferente desses resultados, uma pesquisa realizada em Fortaleza/CE, que tem como tema “Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de Educação Física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE” (Pereira *et al.*, 2018) mostrou que a maior parte dos docentes de Educação Física não sabem do que se tratam as referidas Leis 10.639/03 e 11.645/08, que abordam a incorporação da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. No entanto, mesmo com essa ausência de conhecimento, os professores abordam a questão étnica na escola e afirmam que o tema é parte integrante da matéria. Nesse contexto, a pesquisa argumenta a importância de reestruturar as práticas pedagógicas e investir na capacitação contínua dos professores para assegurar a aplicação eficaz dessas leis nas aulas de Educação Física.

2. Como a disciplina de Educação Física pode contribuir para que essa lei não fique apenas no papel, que funcione de fato?

Os professores apresentaram diferentes propostas de como a disciplina pode contribuir, propondo projetos e esportes, como ferramenta. Seguem as respostas dos dois professores:

Prof1: A gente pode trazer para dentro da sala de aula, demonstrar a importância da lei e como isso pode interferir na sociedade, como isso pode trazer melhorias, pelo fato de que em todas as turmas a gente sempre tem um afrodescendente e a gente tem que fazer com que esse indivíduo conheça sua origem e que todos conheçam a origem dele, trazendo projetos, atividades, brincadeiras da cultura, porque toda cultura em si tem sua origem específica de brincadeiras. Então a gente pode trazer para sala, demonstrar a importância e fazer com que isso seja visto por todos, porque tem alunos que não conhecem e que ainda lidam com a forma racista da situação.

Prof2: A Educação Física ela evidencia muito bem essa questão da cultura e história no esporte, porque sobressai muito os alunos negros e se não tomar cuidado, acaba sendo um espaço que passa despercebido.

A Prof1 evidencia a cultura e identidade, apresentando uma proposta interessante, centrada na valorização da cultura afrodescendente dentro da sala de aula. Ao propor a introdução de projetos, atividades e brincadeiras típicas, ela busca a conscientização e respeito em fazer com que todos os alunos, inclusive os afrodescendentes, conheçam suas origens e a importância da cultura negra e assim lutar contra o racismo através da compreensão e valorização das diferenças culturais.

De acordo com Santos *et al.* (2023, p.55),

Para debater a história e cultura africana e afro-brasileira como está previsto na Lei 10.639/03, é necessária a elaboração de projetos interdisciplinares e multidisciplinares para, em conjunto, discutir a visão etnocêntrica e da colonialidade que nega e esquece a história e cultura africana, bem como enaltece a cultura do branco europeu. Assim, as aulas de Educação Física devem ter como objetivo a valorização da cultura africana e da identidade negra no ambiente escolar para a construção de uma educação antirracista.

O Prof2 tem a perspectiva do esporte como ferramenta, destacando o papel do esporte como um espaço privilegiado para discutir questões raciais. Ele aponta que, embora o esporte tenha uma forte presença de atletas negros, é preciso trabalhar melhor isso na escola para que a representatividade não seja invisibilizada.

Conforme Santos *et al.* (2023, p. 6)

É preciso que a área de Educação Física identifique em que medidas práticas pedagógicas não incorrem nas discriminações sobre os corpos negros e como os estigmas são construídos historicamente, considerando a ideia de que pretos não têm inteligência e capacidade cognitiva semelhantes às dos brancos para a prática de algumas modalidades esportivas.

Ainda segundo Santos *et al.* (2023), outro ponto relevante a ser destacado é que a Educação Física deve ser considerada uma das matérias fundamentais para incorporar em seu currículo a educação antirracista. Ao abordar a corporeidade e as culturas que a representam, bem como a africana e a afro-brasileira, torna-se um terreno favorável para a promoção da educação antirracista, auxiliando na desconstrução de estereótipos e na apreciação da diversidade.

Ambos os professores concordam que a Educação Física tem um papel fundamental na implementação da lei antirracista. Eles destacam a importância de trabalhar com a diversidade cultural, valorizando as diferentes culturas presentes na escola e criar um ambiente de respeito, onde todos se sintam valorizados e pertencentes.

O estudo “Práticas antirracistas nas aulas de Educação Física: um breve panorama” (Santos *et al.*, 2023) revela que o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e multidisciplinares que abordam a história da cultura afro-brasileira e africana, incentiva um maior reconhecimento e apreciação dessas culturas pelos estudantes. Estes resultados evidenciam a efetividade de ações que buscam atender à Lei 10.639/03.

3. A escola procura trabalhar conteúdos que despertem o interesse dos alunos pela cultura Africana? Como?

Os professores se mostraram insatisfeitos com as orientações da secretaria de educação que chegam até a escola referente ao assunto e com a falta de planejamento coletivo. Seguem as respostas dos dois professores:

Prof1: Olha, depende muito da escola, na verdade não depende apenas da escola, depende dos professores, porque querendo ou não isso é uma cultura que o professor que tem que trazer para dentro, não tem no projeto, raramente você vê uma ou duas citações sobre projetos afros, em algumas escolas tem feira cultural sobre, então tem muito mais a ver com os professores, como que os professores lidam, a importância que os professores dão. Por exemplo aqui, eu não vi ainda, mas na outra escola que eu estou, tem o dia da cultura afro, cada um fica responsável por um meio, uma pega comida, outro pega religião, dança, roupa, cabelo, e assim traz para todo mundo ter conhecimento, mas isso depende muito dos professores da escola, o que vem da secretaria é muito pouco, então depende muito da gente.

Prof2: Aqui a escola tinha tradição de realizar um evento por ano, inclusive fazia parte do calendário escolar. Nestes últimos 3 anos isso foi deixado de lado, nesse momento a escola está fazendo o projeto político pedagógico, está atualizando-o, então é o momento de replanejar as ações da escola, mas a escola deixou de realizar nos últimos 3 anos um evento que era reconhecido já no município.

Ambos os professores mencionam que a falta de projetos específicos por parte da escola ou secretaria de educação, limita as ações dos professores, e destacam a importância da realização de eventos da cultura afro. O Prof2 destaca a importância de revisar o projeto político pedagógico da escola para incluir ações mais efetivas relacionadas à cultura afro.

O estudo de Araújo e Braga (2019) intitulado “A escola de todas as cores: o papel do gestor escolar no combate ao racismo” destaca o papel decisivo dos gestores na implementação da Lei 10.639/03. Ao fornecer o apoio necessário, os responsáveis permitem que os professores integrem efetivamente o ensino da história e da cultura afro-brasileira.

Nada acontece na escola sem a permissão da direção, por essa razão é que o diretor é tão importante no combate à discriminação racial dentro da escola. Deve partir dele o interesse de se fazer cumprir a lei. É papel desse profissional, junto com a comunidade escolar, incluir no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de sua escola o ensino da História Africana, a verdadeira história do nosso país e a importância dos afro-brasileiros, o respeito à cultura e à religião de matrizes africanas e o respeito aos afro-brasileiros (Araújo; Braga, 2019, p. 277).

A Prof1 cita que na escola não há eventos específicos sobre a cultura afro, enquanto o Prof2 relata que a escola tinha a tradição de realizar um evento anual, mas acabou sendo deixado de lado ao passar dos anos, o que pode significar um retrocesso nas ações em prol desse conhecimento. Em sua fala, a Prof1 enfatiza a importância de cada professor assumir a responsabilidade de trazer a cultura afro para sala de aula, enquanto o Prof2 destaca a necessidade de um planejamento coletivo. Para Pires e Souza,

Políticas educacionais devem estar inseridas na organização do trabalho pedagógico da escola, de modo que os professores consigam discutir e entender os seus significados no processo do próprio trabalho pedagógico, como também no processo de construção das relações sociais e culturais (Pires; Souza, 2015, p. 202).

Desse modo, o estudo da cultura afro-brasileira não deve ser um evento isolado, mas sim um processo contínuo. Nesse sentido, as políticas educacionais devem ser integradas à organização do ensino e da aprendizagem nas escolas, garantindo que os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira sejam abordados de forma significativa ao longo do ano letivo.

4. Você, como professor de Educação Física, já desenvolveu alguma atividade que acredita que pode ter contribuído para que Lei funcione de fato? Qual? Quais?

As respostas dos dois professores, ainda que compreensíveis, necessitam de pontos mais específicos sobre as contribuições enquanto professores de Educação Física. Seguem as respostas dos dois professores:

Prof1: Então, já teve em questão de esportes, dança, em que eu apliquei a matéria, mas nada muito a fundo, até porque esse ano é o meu segundo ano como professora de escola, na escola(estadual) é o primeiro, a outra matéria que eu dava era na escola militar, então lá eu tenho que seguir a regra que tá lá. Ainda não tive esse tempo de desenvolver, mas acho muito grande a importância dos projetos nas escolas.

Prof2: Como a escola tinha tradição, fazia parte do planejamento, todos os professores de todas as áreas de conhecimento realizavam trabalho nessa área.

A Prof1 ainda está se adaptando à nova escola e ao papel de professora de Educação Física. A experiência anterior em uma escola militar com regras mais rígidas restringiu suas

possibilidades de desenvolver projetos mais aprofundados, dando a entender que ela se sentiu limitada em sua prática pedagógica. Conforme Souza e colaboradores,

Uma das principais inquietações vivenciadas pelo docente iniciante é a adaptação ao contexto institucional, que na maioria das vezes é desconhecido, incluindo desde a adequação aos paradigmas educacionais vigentes, o rompimento com alguns modelos e valores de ensino até a construção do sentimento de pertença ao meio social (Souza *et al.*, 2016, p. 43).

O Prof2 novamente cita a perda coletiva de trabalho e conhecimento, visto que a escola não trabalha mais esse tema no projeto, e tinha tradição em desenvolver projetos interdisciplinares no mês de novembro.

É perceptível que apenas são trabalhados temas isolados por meio de projetos referentes ao 20 de novembro, enfatizando, na maioria dos casos, apenas aspectos lúdicos da dança, culinária e música e de maneira ainda incipiente. Nesse sentido, de certa forma, essas ações só reforçam, mesmo que indiretamente, os estereótipos em relação à população negra (Sousa; Costa, 2021, p. 350).

Apesar das limitações, a prof1 demonstra consciência da importância dos projetos na escola e expressa a necessidade de mais tempo para desenvolver projetos mais elaborados e significativos. Já a resposta do prof2 carece de detalhes específicos sobre suas próprias contribuições como professor de Educação Física.

Em estudo realizado por Almeida e Santos (2024), os professores entrevistados destacaram a importância do trabalho com projetos interdisciplinares, levando em consideração também o trabalho em conjunto com a coordenação pedagógica. Entretanto, uma professora destacou a dificuldade no trabalho interdisciplinar, pois ao sugerir a temática para outros “professores desenvolverem um projeto sobre negritude e cultura afro-brasileira, a docente percebeu uma falta de interesse por parte dos colegas docentes, sendo que houve até mesmo ‘piadas no sentido de diminuir a importância da abordagem’” (Almeida; Santos, 2024, p. 16).

5. Qual a maior dificuldade que você como professor de Educação Física tem em trabalhar atividades que valorizem a cultura Africana?

Os dois professores apresentam visões diferentes sobre a dificuldade enquanto professor de Educação Física de trabalhar a cultura africana. Uma se mostra inconformada com a falta de interesse de colegas de trabalho e alunos, referente ao assunto. Por outro lado, o outro professor apresenta um ponto de vista favorável. Seguem as respostas dos dois professores:

Prof1: Eu acho que às vezes a mente muito fechada dos alunos, dos parceiros de trabalho, porque eles não conhecem, não tem conhecimento do que é, então além de você explicar para os alunos, mostrar a importância, têm que explicar para os professores, explicar para a direção, então a maior dificuldade é a falta de informação e também tem algumas pessoas que têm dificuldade de entender, e na cabeça delas aquilo ali não é importante, fazem chacota e eles nunca vão ver a importância que tem, aí a maior dificuldade também passa a ser em abrir a cabeça para eles entenderem a importância e a gente conseguir aplicar bem a matéria.

Prof2: Não tem trabalho, quando você faz o planejamento não existe dificuldade, na nossa comunidade escolar a aceitação dos alunos é muito boa, uma vez ou outra é a falta de material.

A Prof1 destaca a resistência cultural e a falta de conhecimento como os principais obstáculos para trabalhar a cultura africana. Ela aponta que é necessário não apenas explicar aos alunos, mas também aos colegas de trabalho e à direção escolar a importância dessa temática. Além disso, a professora menciona a dificuldade em lidar com as brincadeiras e a resistência de alguns indivíduos que não enxergam o valor da cultura africana. Conforme Silveira,

O racismo e o preconceito no cotidiano escolar e nos sistemas de ensino não podem ser silenciados pelos educadores. É imprescindível identificá-los e combatê-los, assim como é importante que os educadores digam não ao racismo e ao preconceito e juntos promovam o respeito mútuo e a possibilidade de se falar sobre as diferenças humanas sem medo, sem receio, sem preconceito e, acima de tudo, sem discriminação (Silveira, 2010, p.18).

Isso posto, entende-se que cada professor tem a responsabilidade de lutar contra o racismo no ambiente escolar. Contudo, é crucial que essa batalha seja conjunta, envolvendo toda a comunidade educacional e a sociedade em geral.

O combate contra à discriminação racial e o preconceito não cabe somente aos profissionais da educação, mas sim, a todos que pertencem ao meio social, sendo eles o familiar, nas escolas, nas igrejas, a comunidade. Porém cabe sim às escolas começar a refletir e dialogar com crianças, adolescentes, jovens e adultos as relações étnicas raciais, visando uma educação antirracista (Silveira, 2010, p.19).

O Prof2 apresenta uma visão mais segura, destacando a boa aceitação dos alunos e a falta de material como o principal desafio. Os professores apresentam perspectivas diferentes sobre as dificuldades em trabalhar a cultura africana. A prof1 destaca a resistência cultural e a falta de conhecimento como os maiores desafios, enquanto o prof2 enfatiza a falta de material, que muitas vezes pode ser um obstáculo para a implementação de projetos mais elaborados. De acordo com Silveira (2010),

Não cabe somente aos profissionais da educação combater ao racismo e ao preconceito, mas também o fornecimento de material didático-pedagógico antirracista e a formação continuada de profissionais da educação para que possam combater o racismo e o preconceito no ambiente escolar e social. (Silveira, 2010, p. 19).

6. Você percebe preconceitos raciais na escola? Como? Quais?

Os dois professores discordam totalmente sobre o preconceito racial na escola, enquanto um não consegue perceber e afirma que preconceitos raciais não existem na escola, a outra informa que percebe e até menciona uma situação vivenciada. Seguem as respostas dos dois professores:

Prof1: Sim, em questão de cabelo, de cor, de forma de se vestir, lembro que na minha época tinha uma colega que é afrodescendente, ela usava cabelo com rasta, ela usava roupa, lenço, tudo, e é uma coisa que na época todo mundo achava que era uma pessoa que eles nunca viu no mundo, totalmente desconhecida e com o passar do tempo a gente vê que isso não muda, tudo vai atualizando, menos a cabeça desse povo, porque você vê assim “ah cabelo não sei do que” “roupa não sei do que”, aí as pessoas acabam parando de se vestir daquela forma, que é a forma que eles gostam, parando de se vestir daquela forma, porque de tanto os outros ficarem falando, de tanto fazerem piadinhas, tem gente que alisa cabelo por causa disso, ela(e) ama o cabelo dela(e) mas alisa porque as outras pessoas pensam de uma forma diferente que ela gostaria que fosse.

Prof2: Não consigo perceber, preconceito racial não existe na escola.

A Prof1 apresenta um relato pessoal sobre um caso de preconceito racial que vivenciou na escola na época da sua vivência escolar, evidenciando a discriminação sofrida por uma colega afrodescendente devido ao seu cabelo, roupas e estilo. Conforme Santos,

Já na adolescência, tive meu primeiro confronto com as diferenças: ouvi de amigas da escola, todas elas brancas, que meu cabelo era “duro” e “ruim”. Ouvir isso de pessoas próximas me afetou profundamente, e a situação se repetiu algumas vezes. Isso me fez desejar muito ter um cabelo diferente do meu, um cabelo liso ou “bom”, como era chamado (Santos, 2024, p. 12).

A professora demonstra consciência da persistência do preconceito racial e dos impactos negativos que ele pode causar na autoestima e identidade dos indivíduos.

A afirmação do prof2 de que "preconceito racial não existe na escola" parece algo muito positivo, porém pode ser preocupante e merece uma análise mais profunda. Será que não existe preconceito mesmo? Ou é ele que não consegue reconhecer comportamentos e atitudes racistas, mesmo quando estão presentes no seu cotidiano escolar? Em concordância com Santos (2024, p. 14-15):

Esse discurso de negação dificulta e atrasa a luta antirracista, pois para muitas pessoas o racismo não existe e não passa de uma grande bobagem. Porém, para crianças, adolescentes, mulheres e homens negros, o racismo perpassa a sua existência como uma espécie de “fantasma” que aparece desde o nascimento.

Será que o professor não possui uma visão idealizada da escola, acreditando que ela é um espaço livre de preconceitos? Conforme Santos et al. (2023, p. 50) “Tudo tem dois lados, e apesar de ter professores que lutam para trabalhar a temática da História Afro-brasileira nas aulas, existem também professores que consideram apelidos e ataques racistas como brincadeiras, o que caracteriza o racismo velado”.

O relato da prof¹, que descreve um episódio de preconceito racial vivenciado por uma colega no seu período de estudante da educação básica, contradiz a afirmação do prof² que “racismo racial não existe na escola”. Segundo Santos,

A escola é o espaço que consegue reunir no mesmo lugar, pessoas de diferentes origens raciais, culturais, de gênero etc. Entretanto, é justamente dentro desse discurso de homogeneidade que se fere a diferença, haja vista que muitas vezes, esse espaço escolar é norteador por comportamentos que promovem desigualdades raciais, que são encaradas na maioria das vezes como naturais, o que acaba por interferir na formação dos alunos negros, de modo que, apesar dela se colocar como uma instituição igualitária, a escola continua refutando e tornando esquecida a diversidade brasileira (Santos, 2017, p. 29).

Com isso, tudo indica que a dificuldade deste professor de identificar, é a visão idealizada. De acordo com Trindade,

É impressionante como o que é ensinado é alienado da vida, do cotidiano das pessoas, é racista, especialmente por ser eurocêntrico. E isto não significa que o professor queira ser racista; muito pelo contrário. Muitos não têm consciência do caráter racista de sua prática profissional e nenhum admite tal coisa (Trindade, 1994, p. 68).

Sendo assim, isso pode afetar sua disposição de agir, já que ele acredita que o racismo não existe na escola, ele pode não se sentir motivado a tomar medidas para combatê-lo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo compreender quais eram os desafios de docentes de Educação Física na inclusão da cultura afro-brasileira em suas aulas. As entrevistas evidenciaram a complexidade e as dificuldades na aplicação da Lei 10.639/03, que demanda a inserção da cultura afro-brasileira nos currículos educacionais. As opiniões dos docentes entrevistados foram diversas em relação ao cenário atual. Uma das visões enfatizou a resistência cultural e a falta de conhecimento como obstáculos importantes. Em contrapartida, o outro professor ofereceu uma perspectiva mais positiva, afirmando que a aceitação entre os alunos na escola é favorável, embora tenha mencionado a escassez de materiais como um desafio. As

experiências e percepções compartilhadas pelos professores forneceram informações valiosas sobre suas realidades.

Ambos os docentes concordam que a Educação Física deve assumir um papel fundamental na promoção da diversidade cultural e na construção de um ambiente escolar que seja inclusivo. Foi ressaltada a necessidade de desenvolver projetos interdisciplinares que incorporem a cultura afro-brasileira, sendo que ambos reconheceram que a efetivação da lei depende da colaboração de toda a comunidade escolar. Os depoimentos e discussões sublinham que a inserção da cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física vai além de uma mera exigência legal; trata-se de uma chance de fomentar o respeito, a empatia e o reconhecimento das identidades afrodescendentes.

Nesse sentido, é necessário um esforço coletivo de toda a comunidade escolar para garantir que o objetivo dessa Lei 10.639/03 não fique apenas no papel. Isto é, capacitar os professores, disponibilizar materiais adequados e incentivar um ambiente de discussão aberta sobre a igualdade étnico-racial são apenas exemplos de medidas que precisam ser tomadas. Ao consolidar a cultura afro-brasileira nas aulas de Educação Física, a escola não apenas cumpre com suas obrigações legais, mas também previne-se no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, onde todos os alunos se sentem representados e valorizados.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ketlyn I. P. **Negritude e cultura afro-brasileira na Educação Física: a concepção de professoras (os) negras(os) sobre a prática em escolas públicas de Cuiabá-MT.** Trabalho de conclusão de curso. Licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. IFMT. Cuiabá, 2022, 31 f.

ALMEIDA, Ketlyn Inaiá Pereira; SANTOS, Sandro Aparecido Lima dos. Negritude e cultura afro-brasileira na educação física: concepção de professoras (os) negras(os) sobre a prática em escolas públicas de cuiabá-mt. **Profiscientia**, [S. l.], n. 16, p. e2022002, 2024. Disponível em: <https://profiscientia.ifmt.edu.br/profiscientia/index.php/profiscientia/article/view/164>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; BRAGA, Aline Cristina Clemente. A escola de todas as cores: o papel do gestor escolar no combate ao racismo. **Rev. Exitus**, Santarém, v. 9, n. 2, p. 263-291, abr. 2019. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/863>. Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

BRASIL. Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acesso: 27 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei nº11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm Acesso: 24 de fevereiro de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília,2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso: 02 de abril de 2024.

BRAGA, Bianca Silva; MARTINS, Waléria Andrade. Etnomatemática: um caminho para a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana. **Anais do Seminário Sul-Mato-Grossense de Pesquisa em Educação Matemática**, v. 17, n. 1, p. 1-12, 2023.

DIAS, Ernandes Gonçalves; MISHIMA, Silvana Martins. Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. Revista **Sustinere**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 402–411, 2023. DOI: 10.12957/sustinere.2023.71828. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/71828>. Acesso em: 24 fev. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MANZINI, Eni de Jesus. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MOCARZEL, Rafael Carvalho Da Silva; GOMES, Fabio José Cardias; COSTA, Paulo Ricardo Gayer Pereira. Reflexões e discussões sobre as Lutas segundo a Base Nacional Comum Curricular. **Cadernos do Aplicação**, v. 36, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/131328> Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, 1999.

PAVAN, Fabiana Cruz. Diversidade Cultural e Aprendizagem Significativa na Construção da Cidadania. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 1. Vol. 9, p. 632-647, outubro / novembro de 2016. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/construcao-da-cidadania> Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

PEREIRA, Arliene Stephanie Menezes.; GOMES, Daniel Pinto.; CARMO, Klertianny Teixeira do.; SILVA, Eduardo Vinicius Mota e. Aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas aulas de educação física: diagnóstico da rede municipal de Fortaleza/CE. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte** [online], vol. 41, n. 42019, p.412-418, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/HXRhDQFhTV4MTFphJySk8Ps/abstract/?lang=pt> Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

PIRES, Juliana Vanessa Lopes; SOUZA, Maíra da Silva. Educação física e a aplicação da Lei nº 10.639/03: análise da legalidade do ensino da cultura afro-brasileira e africana em uma escola municipal do RS. **Movimento**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 193–204, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/46624/33309>. Acesso em: 28 jan. 2025.

RÉGIS, Kátia Evangelista; GOMES, Nilma Lino; NHALEVILO, Emília Afonso. Possibilidades de fundamentos epistemológicos para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil: reflexões a partir do contexto africano. **Revista e-Curriculum**, v. 20, n. 1, p. 70-99, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/54681>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SALES, Simone F. V. Os desafios de implantação efetiva da Lei 10.639/2003 nas escolas. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, Jessica Reis Cavalcante; SANTOS, Railane Araujo; SOUZA, Suzana Alves Nogueira; MATTOS, Ivy Guedes de. Práticas antirracistas nas aulas de educação física: um breve panorama. **inCORPORACÃO**, [S. l.], v. 1, n. 01, 2023. DOI: 10.13102/incorporao.v1i01.9595. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/incorporacao/article/view/9595> Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

SANTOS, Fabrícia Santana dos. Racismo e escola: reflexões sobre manifestação do racismo no espaço escolar. Orientadora: Cínthia Nolácio de Almeida. 2017. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História)- Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Jacobina-BA, 2017.

SANTOS, Joane Bispo Gomes dos. “**Eu sinto na pele**”: uma análise da discriminação percebida, identidade racial, autoestima e autoimagem corporal de adolescentes negras. 2024. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SILVA, Diego Gonzaga Duarte; REGINALDO, Gilsilene. Possibilidades para se discutir as relações étnico-raciais nas escolas por meio da base nacional comum curricular. **SAPIENS-Revista de divulgação Científica**, v. 5, n. 1, p. 135-152, 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sps/article/view/7423> Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

SILVA, Gislaine Landim. A cultura afro-brasileira no currículo escolar. Unificada: **Revista Multidisciplinar da FAUESP**, v. 4, n. 8, p. 22-36, 2022. Disponível em: <https://revista.faespp.com.br/index.php/Unificada/article/view/252> Acesso em: 2 de abril de 2024

SILVA, Leida Corrêa; PEREIRA, Marluce Aparecida; MARTINS, Ana Cristina de Oliveira; MOREIRA, LÍlian do Carmo. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de um curso de formação continuada para implementação da temática história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 1, p. e024-e024, 2021. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/387>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SILVEIRA, Dienifer Araújo da. **A inserção da história e cultura afro-brasileira nas escolas da rede municipal de Criciúma: dificuldades e estratégias**. 2010. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2010.

SOUSA, Ruimar Nunes de; COSTA, Francisca Raquel da. Consciência negra e luta: leituras e reflexões acerca do dia 20 de novembro nas escolas de educação básica. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 13, n. Esp2, p. 348–364, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13nEsp2p348-364. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10970> Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

SOUZA, Karina Silva Molon de; FERRAZ, Márcia Aparecida; RIBEIRO, Marcos; MACHADO, Paulo Henrique de Souza. A aprendizagem de ser professor em início de carreira. **Revista Comunicação & Educação**, Piracicaba, v. 23, n. 1, p. 41-63, abr. 2016. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2238-121X2016000100041&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 jan. 2025.

TREVISAN, Amarildo Luiz. A política educacional da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um olhar a partir da biopolítica. **Pro-Posições**, v. 35, p. e2024c0103BR, 2024. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://www.scielo.br/j/pp/a/8XzyxDDjDPqhJf3kwN9XpvF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 de janeiro de 2025.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **O racismo no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas Instituto de Estudos Avançados em Educação Departamento de Psicologia da Educação, 1994. 249 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.